

## **A violência na perspectiva de Marilena Chauí<sup>1</sup>**

**Alex Sandro Benetti Dias<sup>2</sup>**

**Maria Ogécia Drigo<sup>3</sup>**

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo refletir sobre a violência, sob a ótica de Marilena Chauí. Para tanto, apresentamos o conceito de violência e aspectos do mito da não violência na sociedade brasileira, identificamos aspectos da semântica dos meios de comunicação e, por fim, discorremos sobre expressões da violência. Este artigo é relevante, pois sinaliza que, na perspectiva da filósofa, o Estado, ao invés de cuidar do cidadão, tornou-se um mecanismo que promove a violência na sociedade brasileira de forma sistemática, por meio de políticas excludentes e pelas estratégias das mídias, com ênfase nas redes sociais, que com o viés permissivo da liberdade de expressão, repete e potencializa a violência, reafirmando uma cultura hierárquica, oligárquica, patriarcal. Com isso expõe-se a questão da violência em um período marcado por conflitos, bem como destaca-se o papel dos meios de comunicação neste contexto.

**Palavras-Chave:** Violência. Mídia. Expressões da violência.

---

### **1 Introdução**

O objetivo deste artigo é contribuir para a compreensão de especificidades da violência, na perspectiva de Marilena Chauí. Para isso, seguindo o percurso da filósofa, em Chauí (2019), apresentamos as suas ideias em quatro itens, a saber: a) uma conceituação da violência; b) o mito da não violência na sociedade brasileira; c) a semântica da não violência nos meios de comunicação de massa; e d) expressões da violência.

O primeiro item é uma síntese do significado de violência, visando compreender seus elementos, que “possui não apenas dimensão física, mas também psíquica e simbólica” (CHAUÍ, 2019, p. 35). O segundo item, ao contextualizar a violência na sociedade brasileira, apresenta a historicidade da construção do mito da não violência nessa mesma sociedade. Porém, para a construção desse mito é necessário apresentar formas de significação, de propagação, e é neste momento que o terceiro item mostra o quanto os meios valem-se de expressões que atenuam, silenciam, subvertem ou ocultam

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao Grupo de Trabalho Imagens Midiáticas do XVI Encontro de Pesquisadores em Comunicação e Cultura, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, Universidade de Sorocaba – Uniso – Sorocaba, SP, 26 setembro de 2021.

<sup>2</sup> Doutorando e Mestre em Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Uniso, Coordenador de cursos de graduação e de pós-graduação lato sensu do Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio – CEUNSP - E-mail: alex.dias@ceunsp.edu.br.

<sup>3</sup> Docente do PPG em Comunicação e Cultura da Uniso. E-mail: maria.drigo@prof.uniso.br.

a violência. No quarto item, apresenta-se a maneira como a violência se exprime, especialmente nas redes sociais. A internet, as redes sociais que poderiam se tornar elementos poderosos para produzir e disseminar informações, rompendo com o poderio das empresas privadas de comunicação, no Brasil, fazem um caminho contrário. Como adverte Chauí (2019, p. 38), “a internet, as redes sociais têm um protagonismo nesse processo de construção da violência, pois formam-se grupos fechados que se retroalimentam e que tratam os demais não apenas como diferentes ou opositores, mas como ignorantes, monstruosos e que devem ser eliminados”.

Vejamos como a autora conceitua a violência.

## **2 Ética, política e violência**

Chauí (2019), para explicar a complexidade da sociedade brasileira envolvendo a questão da violência, apresenta, inicialmente, reflexões sobre ética e política. A ética, segundo Chauí (2019, p. 29) é “o conjunto de noções (ou valores) que balizam o campo de uma ação que se considera ética”, sendo preceito considerar que a cultura é um campo de ação, de simbolização dos valores de uma sociedade. Nas palavras de Chauí (2019, p. 35):

[...] a ação ética é balizada pelas ideias de bom e mau, justo e injusto, virtude e vício, isto é, por valores cujo conteúdo pode variar de uma sociedade para outra ou na história de uma mesma sociedade, mas que propõem sempre uma diferença intrínseca entre condutas tendo como critério a definição do bem, do justo e do virtuoso.

A ética de uma sociedade é, portanto, o conjunto de regras, normas, valores, que são subjetivos, e norteadores do que é justo ou injusto, bem ou mal, validado historicamente em um diálogo constante entre os agentes envolvidos. Se há na sociedade, grupos dominantes, representados por personagens que possuem poder para exercer e disseminar seus valores, cria-se um ambiente propício para construção e permanência de uma cultura violenta.

Nesse sentido, a política como campo de batalha e de constituição de direitos dos cidadãos, tem um papel de legitimar ou não esses valores. Para tanto, usa a democracia,

ideologia política que teve origem entre os gregos<sup>4</sup>, como “meio da invenção do direito e da lei (isto é, a instituição dos tribunais) e da criação de instituições públicas de deliberação e decisão (isto é, as assembleias, na Grécia, e o senado, em Roma)” (CHAUÍ, 2019, p. 31), que, por sua vez, dá início à constituição dos direitos civis.

Ora se, se os direitos são definidos pela ética, que por sua vez, é definida pelos valores “livremente” aceitos por uma sociedade por classes dominantes cujo interesse é se perpetuar no poder, é natural que os direitos, a ética, e os valores contrários a essa ética enviesada sejam excluídos. Assim, o poder público, espaço político (ou público) que em tese deveriam representar, autorizar, assegurar direitos iguais de cidadania, de opiniões, defesa de interesses em conjunto com o povo por intermédio do voto, podendo pelo voto ser revogado, é apenas uma ideia, uma tese, nada mais. Nesse sentido, Chauí (2019, p. 34) acrescenta:

Que significam eleições? Muito mais do que a mera rotatividade de governos ou a alternância no poder, elas simbolizam o essencial da democracia, ou seja, que o poder não se identifica com os ocupantes, do governo, não lhes pertence, mas é sempre um lugar vazio que, periodicamente, os cidadãos preenchem com representantes, podendo revogar seus mandatos se não cumprirem o que lhes foi delegado para representar.

Porém, “no correr do século XIX, com os movimentos operários e socialistas, ressurgiram ideias práticas democráticas, que, gradativamente, foram apropriadas pela burguesia sob forma de liberalismo” (CHAUÍ, 2019, p. 32). E, embora “no pensamento liberal a democracia apareça justificada como um ‘valor’ ou um ‘bem’, é encarada, de fato, pelo critério da eficácia, isto é, do ponto de vista do poder legislativo, um assunto que concerne aos representantes eleitos, entendidos como políticos profissionais” (CHAUÍ, 2019, p. 32).

---

<sup>4</sup> Conforme Chauí (2019), esse surgimento só foi possível porque o poder político foi separado de três autoridades tradicionais que anteriormente definiam o exercício do poder: autoridade do poder privado ou econômico do chefe de família (em grego, o *despotês*), de cuja vontade dependiam a vida e a morte dos membros da família; a do chefe militar, senhor do exército e único a decidir sobre a guerra e a paz; e a do chefe religioso ou sumo sacerdote, único dotado de saber e por isso autorizado a realizar a mediação entre os humanos e os deuses. Essas três formas da autoridade, nos impérios antigos, estavam unificadas numa chefia única, a do rei. A política nasceu, portanto, quando a esfera privada da economia e da vontade pessoal do pai, a esfera da guerra e a esfera do sagrado ou do saber foram separadas e o poder político deixou de identificar-se com a figura do governante como pai, comandante e sacerdote, representante humano de poderes divinos transcendentes.

E a inversão de valores fica clara, quando, “a eficácia dos políticos profissionais e dos técnicos administrativos tem como objetivo evitar uma participação política que traria à cena pública os ‘extremistas’ e ‘radicais’” (CHAUÍ, 2019, p. 33). A autora abre aspas para extremistas e radicais, metaforizando o povo que, por não ser ‘técnico’ deixa de ter representatividade, e desse modo, com a história e os fatos apresentam a democracia em conflito, se distanciando dos interesses do povo, e se aproximando de interesses individuais, carreiristas, burgueses, portanto, antidemocráticos.

Ao apresentar a violência, Chauí faz um prólogo conceituando etimologicamente a violência, dividindo-a em cinco aspectos:

[...] etimologicamente a palavra violência é 1. tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2. Todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3. todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4. todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade definem como justas e como um direito (é espoliar ou a injustiça deliberada); 5. Conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e pela intimidação, pelo medo e pelo terror. (CHAUÍ, 2019, p. 35-36).

Ainda, conforme Chauí (GRUPO..., 2018), podemos definir “a violência como toda forma de ação, pensamento e sentimento que reduz uma outra pessoa à condição de coisa. Quando, portanto, o outro não é visto como uma pessoa, mas como uma coisa que eu manipulo”. Ou seja, como menciona ainda a filósofa, “a violência é a maneira pela qual formas de opressão, dominação e exclusão se realizam, ela não está circunscrita à criminalidade e à delinquência, ela é uma forma de relação social” (GRUPO..., 2018).

Vale ressaltar que, conforme esclarece Chauí (GRUPO..., 2018), o neoliberalismo, no Brasil, defende também a privatização dos direitos sociais – direito à vida, ao trabalho, à educação –, como se fossem algo para comprar e vender no mercado, considerando-os como serviços. Assim, a educação, a saúde, a moradia, ou seja, todos os direitos sociais são privatizados, minando assim a base da democracia, uma vez que nela o estado deveria garantir tais direitos.

A partir de Harvey (2103) e Bernardo (2009) (*apud* GRUPO..., 2018), Chauí destaca os principais traços da forma industrial do capitalismo e a do capitalismo

neoliberal, que são os seguintes: 1) desativação do modelo industrial fordista; 2) ativação do toyotismo, “como nova forma de organização e exploração do trabalho, passando a explorar além das capacidades físicas, as capacidades intelectuais dos trabalhadores (ou sua potência cognitiva)” (CHAUÍ, 2019, p. 192); 3) novo papel das ciências, “que deixam de ser conhecimentos autônomos guiados por uma lógica imanente ou própria e passam à condição de forças produtivas ou agentes diretos de acumulação de capital” (CHAUÍ, 2019, p. 192); 4) desemprego estrutural; 5) articulação do poder de decisão do capital industrial e do capital financeiro, o foco do capitalismo; 6) disputa dos estados periféricos pelos investimentos estrangeiros; 7) transnacionalização da econômica, o que gera uma nova geopolítica, com agenciamento de espaços por meio de ocupação militar e instalação de corporações econômicas; 8) criação do estado de bem-estar social, que rompeu com o laço que ligava o capital à força do trabalho; 9) fragmentação e dispersão da produção, que segundo Chauí (2019, p. 196), “leva à experiência social de descontinuidade espacial e temporal que, entretanto, e contrabalançada pela experiência do que David Harvey (1992), designa como a compressão espaçotemporal, acarretada pelos novos meios tecnológicos”; 10) instauração de um novo poder planetário de vigilância e de controle que, segundo Chauí (2019, p. 196), “suplanta os Estados nacionais e as particularidades sociais”, ou seja, neste caso trata-se do poder da *web*, sob a forma de internet e das multimídias, “que nenhum Estado nacional tem condições para, sozinho, implantar levando por isso à formação de consórcios empresariais regionais/globais (empresas de armamentos, empresas financeiras, operadoras de comunicação) (CHAUÍ, 2019, p. 196) e, por fim, 11) alargamento do espaço privado (mercado) em detrimento do espaço público,

[...] a recusa de marcos regulatórios estatais ou da instância da lei e dos direitos, a ideia de soberania do mercado e da competição sem peias e sem tréguas, a percepção dos seres humanos como instrumentos descartáveis, a obtenção da maximização dos lucros a qualquer preço e os recursos tecnológicos “desregulados” e flexíveis” criam as condições para o exercício ilimitado da violência, transformando-o em terreno fértil para o crescimento do crime organizado transnacional, que opera numa clandestinidade perfeita, com capacidade para aterrorizar, paralisar e corromper o aparelho judiciário e político, infiltrando-se nos governos, nos parlamentos, nas administrações públicas e desfrutando de total impunidade.

Assim, em geral, a violência está vinculada a desnaturar, coagir, constranger, torturar, brutalizar, violar, espoliar, injustiça deliberada, intimidação, abuso e terror, como elementos simbólicos, porém tácitos nas relações sociais, no cotidiano. No entanto, há ainda que se considerar o mito da não violência da sociedade brasileira, que permeia todas essas relações, do que tratamos a seguir.

### **3 O mito da não violência**

Chauí (2019) explica que se construiu no Brasil um mito poderoso, o da não violência, que ocultou e se sobrepôs a muitos acontecimentos, mas que se desvelado, uma outra face da história da sociedade brasileira vem à tona. Destaca ainda, a filósofa, que a declaração da independência do Brasil está associada a um “brado retumbante”, “Independência ou morte!”, enquanto nas outras colônias das três Américas a luta contra o colonialismo se deu com revoluções sangrentas. Da mesma maneira, o “Viva a República” fez com que os brasileiros acreditassem que ficamos livres do poder imperial, sem conflitos, o que não é verdade, uma vez houve uma série de rebeliões, como a Inconfidência Mineira, Revolução Praieira, Palmares e as revoltas dos escravos, Canudos, entre outras. Assim, como explica Chauí (2019, p. 37), a “‘história feita sem sangue’ opera como alicerce para construção mítica da sociedade brasileira como a boa sociedade, uma, indivisa, pacífica e ordeira”. Isto é validado por grandes obras brasileiras, sendo uma delas Casa-Grande e Senzala, de Gilberto Freyre. Chauí (2019, p. 37) esclarece:

[...] um bom exemplo se encontra no elogio da harmonia e estabilidade nacionais conseguidas graças ao patriarcalismo patrimonialista, feito por Gilberto Freyre, em Casa-Grande e Senzala. Ergue-se, assim, a imagem de um povo generoso, alegre, sensual, solidário, que desconhece o racismo, o machismo, a homofobia, que respeita as diferenças étnicas, religiosas e políticas, que vivem sem preconceitos porque não discrimina as pessoas por sua etnia nem por sua classe social nem por suas escolhas sexuais, religiosas ou profissionais.

A imagem que Gilberto Freyre construiu em sua obra afirma que o povo brasileiro é essencialmente não violento. Etimologicamente, a palavra grega *mythos*, significa uma “narrativa da origem do mundo e a de um grupo social” (CHAUÍ, 2019, p. 37), que ganha *status* de mito após ser reiterada em outras histórias derivadas da “matriz da primeira

narrativa a qual, porém, já é uma variante de outra narrativa cuja origem se perdeu no tempo” (CHAUÍ, 2019, p. 37).

Como explica Chauí (2019), opondo-se ao patriarcalismo patrimonialista, Sergio Buarque de Holanda retoma a figura do “homem cordial”, proposta por Ribeiro Couto<sup>5</sup>, que estabelece relações sociais fundadas no espaço privado, o da intimidade, recusando rituais próprios do espaço público. Assim, mantendo marcas da sociedade colonial escravista, estabelece-se uma sociedade em que há predomínio do espaço privado sobre o espaço público, que ao manter a hierarquia familiar, torna-se também déspota (no sentido de que o pai tem o poder). Nestes aspectos, nas relações sociais, em geral, há sempre um superior que manda, e outro inferior, que obedece, ou ainda, o outro não é visto como sujeito tanto ética como politicamente, o que implica que não são reconhecidas suas subjetividades nem como alteridade nem como cidadão.

Isso flui pela sociedade, como esclarece Chauí (2019, p. 43):

Dessa maneira micropoderes despóticos capilarizam em toda a sociedade a violência que, partindo da e na família, se espalha para a escola, o hospital, as relações de trabalho, os meios de comunicação, o comportamento social nas ruas, o tratamento dado aos cidadãos pela burocracia estatal e vem cristalizar-se nas instituições públicas e no desprezo do mercado pelo direito do consumidor. A violência policial é apenas mais um caso do despotismo que estrutura toda a sociedade, ou seja, não é uma exceção escandalosa e sim faz parte da regra da sociedade brasileira.

Retomando a questão do mito, a autora enfatiza que ele é, portanto, uma ideia de realidade, construída e validada por atores políticos e intelectuais, que criam e asseguram uma imagem de mundo com interesse de manter o poder de uma classe que oprime em relação a outra que é oprimida. Segundo (Chauí, 2019, p. 38):

O grande mito brasileiro ou nosso mito fundador, elaborado desde a época das grandes descobertas marítimas, é de que o Brasil é uma terra abençoada por Deus, destinada a um grande futuro, cadinho de todas as raças, generoso com seus e acolhedor dos estrangeiros. Essa narrativa

---

<sup>5</sup> Segundo Bezerra (2011), Ribeiro Couto criou a teoria do “homem cordial”, que teve seu nome ligado a Sergio Buarque de Holanda, pelo fato de que este deu fundamento sociológico a tal teoria. Nascido em Santos, SP, Couto ficou conhecido como fundador do Penumbriismo – que não chegou a ser uma escola, mas, como ele mesmo definiu, “uma certa atitude reticente, vaga, imprecisa, nevoenta, no jeito de escrever versos” por volta dos anos 1920 a 1923 – e por ser o autor de Cabocla (1931), romance duas vezes adaptado para novela de televisão.



da origem tem a função de assegurar que a sociedade brasileira conserve sua identidade originária sob as transformações históricas.

Com o transcorrer do tempo, a narrativa se interioriza por meio de uma imagem idealizada, que substitui a realidade existente, um mito, que no caso do Brasil é de um povo não violento. A questão natural que surge dessa constatação é: “como o mito da não violência brasileira pode persistir sob o impacto da violência real, cotidiana, conhecida de todos e que, nos últimos tempos, é também ampliada por sua divulgação e difusão pelos meios de comunicação de massa?” (CHAUÍ, 2019, p. 38).

Neste sentido, Chauí (2019, p. 38) explica:

[...] é justamente por ser um mito, nos sentidos que demos a esse conceito, que a não violência pode ser mantida a despeito da realidade. Em outras palavras, o mito da não violência permanece porque, graças a ele, admite-se a existência factual da violência e pode-se, ao mesmo tempo, fabricar explicações para denegá-la no instante mesmo em que é admitida.

A resposta, portanto, está na forma como é interpretada, do sentido que se dá e do que não se dá à violência, pois como esclarece Chauí (2019, p. 41), em relação ao machismo, como exemplo, ele “é colocado como proteção à natural fragilidade feminina, proteção que inclui a ideia de que as mulheres precisam ser protegidas de si próprias, pois como todos sabem, o estupro é um ato feminino de provocação e sedução”. Neste exemplo, a ideia de proteção da mulher de si mesma, provém da ideia de ela ser responsável pela violação do seu próprio corpo, e a substituição do machismo pela ideia de proteção que permite o controle, submissão, manipulação de um para com o outro, portanto, outro ato violento.

O despotismo, conforme Chauí (2019), se espalha no autoritarismo social, que se caracteriza na sociedade brasileira, pelos seguintes aspectos: estrutura-se pelo modelo familiar da classe dominante, que envolve relações de mando e obediência e leva à indistinção entre o público e o privado; sendo que “nossa sociedade opera para impedir o trabalho dos conflitos e das contradições sociais, econômicas e políticas, enquanto tais, uma vez que conflitos e contradições negam a imagem mítica da boa sociedade indivisa, pacífica, ordeira e não violenta” (CHAUÍ, 2019, p. 46); as disputas por terras são resolvidas com embates violentos, com uso de armas e assassinatos; as grandes cidades tem sua população em “centro” e “periferia”, que distante do centro envolve bairros



afastados com serviços básicos precários, e ainda, os negros são considerados inferiores e perigosos. Nas palavras de Chauí (2019, p. 48):

A violência está de tal modo interiorizada nos corações e mentes que a desigualdade salarial entre homens e mulheres, entre brancos e negros, a exploração do trabalho infantil e dos idosos são consideradas normais. A existência dos sem-terra, dos sem-teto, dos desempregados é atribuída à ignorância, à preguiça e a incompetência dos “miseráveis”. O extermínio das nações indígenas é visto como necessário para o progresso da civilização, que precisa eliminar os “bárbaros” e “atrasados”.

Postas características da sociedade envolvendo a violência, que nem sempre são claramente reveladas, vejamos como os meios de comunicação de massa contribuem para a continuidade do mito da não violência.

#### **4 A semântica da não violência nos meios de comunicação de massa**

Após a estruturação e aceitação do mito da não violência, ele precisa ser propagado, divulgado, promovido, de forma implícita, tácita, isto é, ele precisa continuar oculto. “Esse ocultamento é impressionante porque ocorre no próprio instante em que os meios de comunicação de massa expõem e exibem atos de violência” (CHAUÍ, 2019, p. 38). A autora menciona imagens que circulam nas mídias, em geral, e que ocultam a violência real e desviam a responsabilidade das instituições sociais e políticas.

Essas imagens têm a função de oferecer uma imagem unificada da violência que seria como que núcleo delas. Chacina, massacre, vandalismo, guerra civil tácita, indistinção entre a polícia e crime e desordem pretendem ser o *lugar onde* a violência se situa e se realiza; fraqueza da sociedade civil e debilidade das instituições políticas são apresentadas como *impotentes para coibir* a violência, que, portanto, estaria localizada noutro lugar e não nas próprias instituições sociais e políticas. O conjunto dessas imagens indica a divisão entre dois grupos: de um lado, estão os grupos *portadores* da violência, e de outro, os grupos *impotentes* para combatê-la. (CHAUÍ, 2019, p. 39).

O vocabulário empregado sistematicamente pelos meios de comunicação de massa, ocultam, confundem e diluem atos violentos pela forma como são expressos. Neste sentido Chauí (2019, p. 39) menciona que “fala-se em vandalismo para referir a

assaltos a lojas, mercados, supermercados e bancos, a depredações de edifícios públicos e ao quebra-quebra de ônibus e trens do transporte público”.

A imprensa brasileira, reforça a filósofa, utiliza expressões atenuantes, ou então, expressões complexas que confundem o leitor ou telespectador, criando uma realidade menos violenta do que de fato é. A cobertura das manifestações de 2014, mais especificamente uma publicação na Revista Valor Econômico, intitulada Vândalos em protestos são criminosos, reforçam as ideias na filósofa, pois a notícia inicia com expressões suavizadoras, porém, reproduzem, de propósito, a fala da presidenta.

A presidente Dilma Rousseff repudiou os atos de vandalismo praticados nas manifestações em todo o país e afirmou que o governo trabalha em um projeto de lei para coibir a violência nos protestos. "Defendo toda e qualquer manifestação democrática. Democratas são aqueles que exercem pacificamente seu direito à liberdade de questionar e propor mudanças, lutam por mais qualidade de vida e defendem com paixão suas ideias. Mas eu repudio completamente a violência em manifestações. (VÂNDALOS..., 2014).

A manipulação da notícia ocorre, quando o jornalista do veículo descreve os atos utilizando a expressão “vandalismo”, quando deveria ser tratado como ato criminoso, como violência contra a democracia, como nas palavras da própria presidenta. A manipulação da notícia pelos meios de comunicação, não é notícia, é difamação com fins políticos e econômicos, visto que nesse momento a grande imprensa já se inclinava para uma mudança de papéis no executivo, inclusive, imaginando ser vantajoso para esse órgão de imprensa, não para notícia em si.

Outro exemplo foi o episódio ocorrido em sessão da câmara dos deputados, envolvendo o então deputado Jair Bolsonaro e a deputada Maria do Rosário. Uma notícia veiculada no jornal Argentino *El Pais*, reproduz a fala de Bolsonaro: “Ela não merece (ser estuprada) porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar porque não merece” (EL PAIS, 2014). O deputado, hoje presidente do país, foi condenado pelas ofensas realizadas à deputada em 2003, porém, conforme resultados das eleições de 2018, ficou claro que existe uma quantidade considerável de homens e mulheres que foi apenas um ato accidental, o que reverbera o do mito não violência da sociedade brasileira, conforme elucidada Chauí (2019, p. 39):

Distingue-se entre o essencial e o acidental, isto é, por essência, os brasileiros não são violentos e, portanto, a violência é acidental, um acontecimento efêmero, uma “onda” ou uma doença passageira, uma “epidemia” ou um “surto” localizado na superfície do um tempo e de um espaço definidos. É um episódio superável que deixa intacta nossa essência não violenta.

Na ocasião, a imprensa repercutiu a violência praticada pelo parlamentar, porém, mais uma vez, foi visto como um caso isolado. Em 2019, após um ano de mandato do presidente em exercício, a notícia de que a deputada ganhou a ação foi destaque na mídia nacional.

Vejamos, em seguida, aspectos das expressões da violência

## **5 Expressões da violência**

Os meios de comunicação de massa contribuem para a propagação do mito da não violência da sociedade brasileira. Sobre a internet e as redes sociais, Chauí (2018) esclarece que elas operam para oprimir, para excluir, para demonizar, para produzir o ódio de maneira avassaladora e sistemática. Sendo assim, acrescenta a filósofa, não há comunicação efetiva – um processo dialógico que gera conhecimento, consciência –, pois espalham o ódio pela sociedade, o que mais uma vez valida que se trata de uma sociedade violenta, que foi capaz de transformar um elemento democratizador em opressor, gerador de violência.

Em relação à internet, Chauí (2018) esclarece que:

[...] como elemento de democratização da informação e da liberdade de expressão, sendo por tanto um elemento poderoso contra o poderio de meios de comunicação privados, que concentrava e manipulava a informação, é contraditório, desolador, ver que esse percurso democrático que ele deveria fazer, no Brasil, ela faz o caminho contrário, justamente por refletir opiniões enviesadas pelo espectro da violência endêmico em nossa sociedade.

Por outro lado, ela também se mostra potente para escancarar o machismo estrutural que reina no Brasil. A notícia “DJ Ivis escancara o machismo estrutural nas redes sociais”, publicado pelo Jornal de Brasília, anuncia que os vídeos que mostram uma

série de agressões cometidas pelo DJ Ivis contra a sua ex-mulher Pamella Holanda chocaram o Brasil. Consta ainda que:

As imagens amplamente divulgadas nas redes sociais foram gravadas por Pamella e mostram as agressões sendo cometidas em frente a filha do casal de apenas nove meses, da mãe da vítima e, até mesmo, do motorista do artista. DJ Ives foi preso na tarde desta quarta-feira (14), em Fortaleza (CE). Apesar das cenas de violência doméstica terem causado uma série de revoltas e cancelamento de Ivis nas redes sociais, o perfil que o artista mantinha no Instagram ganhou mais de 200 mil seguidores, apenas um dia após a divulgação das imagens. (DJ IVIS..., 2021).

Com certeza, o fato pode ser justificado por momentos de descontrole do agressor, ou ainda, que isto foi um incidente. Há sempre justificativas que amenizam a violência. Vejamos, por fim, o que tais reflexões podem agregar a pesquisas que, de algum modo, tratam da violência e das mídias.

## **6 Considerações finais**

As ideias apresentadas nos levam a concluir que os elementos simbólicos que constroem a identidade cultural dos brasileiros, incluem a violência no cotidiano de suas vidas como algo natural, que não é perigoso, nocivo, pois a ideia de um povo violento não combina com nossa natureza, tropical, acolhedora, a representada pelos meios de comunicação de forma sistemática em um longo período.

O machismo não é visto como violento, mas como algo diferente e tolerável. Esse lugar do diferente foi expresso no lugar da realidade, em livros, novelas, notícias, na publicidade, criando um mundo alternativo onde o homem brasileiro não ironiza, humilha, diminuí, maltrata, grita com outra mulher, ao contrário, seu personagem é o defensor da donzela, o herói que vem salvá-la de sua própria fragilidade, ingenuidade em relação ao mundo.

Em sua contradição, o machismo no Brasil é validado para garantir a segurança da mulher contra ela mesma. Uma estória perfeita para validar abusos, crueldade e brutalidade praticados contra a mulher. No patropi<sup>6</sup>, “abençoado por Deus” e “bonito por

---

<sup>6</sup> “Moro num país tropical, abençoado por Deus  
E bonito por natureza (mas que beleza)

natureza” são alegorias de uma ficção carnavalesca cultuada por uma multidão embriagada que abraça a violência imaginando abraçar a paz.

## **Referências**

BEN JOR, Jorge. País Tropical, **YouTube**, 2015. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=JzByVhWju88>. Acesso em: 28 jan. 2022.

BEZERRA, Elvia. **Ribeiro Couto**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras,

2011. Disponível em: <https://www.academia.org.br/publicacoes/ribeiro-couto>. Acesso em: 28 jan. 2022.

GRUPO Autêntica. Escritos de Marilena Chauí, sobre a violência. **YouTube**, 2018.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R0YvaTEOiJQ>. Acesso em: 10 set. 2021.

DJ IVIS escancara o machismo estrutural nas redes sociais. **Jornal de Brasília**, 14 jul.

2021. Disponível em <https://jornaldebrasil.com.br/entretenimento/dj-ivis-escancara-o-machismo-estrutural-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 26 set. 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Sobre a Violência**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

TREZE frases de Bolsonaro de natureza sexual e machista. **UOL**, Congresso em foco, 13

ago. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/treze-frases-de-bolsonaro-de-natureza-sexual-e-machista/>.

VÂNDALOS em protestos são criminosos, afirma Dilma Presidente Dilma Rousseff.

**UOL**, Valor Econômico, 19 fev. 2014. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2014/02/19/vandalos-em-protestos-sao-criminosos-afirma-dilma.html>. Acesso em: 26 set. 2021.